

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes às atividades da Santander Brasil Seguros S.A. (Brasil Seguros) relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), segundo os critérios da Circular Susep 379.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Brasil Seguros atingiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, um lucro líquido no valor de R\$24 milhões, patrimônio líquido de R\$163 milhões e reservas técnicas de seguros de R\$105 milhões.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua

distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Brasil Seguros. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas

A Brasil Seguros continuará expandindo seus negócios, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço.

Declaração de Capacidade Financeira

Declaramos que a Brasil Seguros possui capacidade financeira compatível com as suas operações e não mantém títulos registrados como mantidos até o vencimento.

Evento Subsequente

Em 22 de fevereiro de 2011, foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), os principais termos e condições da operação de venda da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral, Santander Seguros S.A. (Santander Seguros), para uma sociedade holding com sede na Espanha (Holding), a ser detida inicialmente, direta ou indiretamente, pelo seu acionista controlador, Banco Santander Espanha (Operação).

A Operação estará inserida no contexto da anunciada parceria estratégica no exterior entre Banco Santander Espanha e Zurich Financial Services Ltd. (Zurich), envolvendo a aquisição, pela Holding, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Grupo Santander na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Uma vez concluída a Operação e/ou a aquisição dos demais ativos aqui referidos pela Holding, o Banco Santander Espanha deverá alienar para a Zurich 51% do capital social da Holding.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
Ativo Circulante Disponível	4	347.790	285.171	Passivo Circulante		183.771	140.557
Caixa e Bancos		8.762	1.490	Contas a Pagar		15.461	11.562
Aplicações	5.a	211.238	184.151	Obrigações a Pagar	8.a	5.735	4.086
Cotas de Fundos de Investimentos		211.073	184.012	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	8.b	6.086	5.196
Outras Aplicações		165	139	Impostos e Contribuições	8.c	2.331	1.544
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	108.807	79.113	108.807	Outras Contas a Pagar		1.309	736
Prêmios a Receber		87.805	71.689	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		62.528	25.866
Operações com Seguradoras		20.302	5.515	Prêmios a Resstituir		39	-
Operações com Resseguradoras		1.479	2.026	Operações com Seguradoras		43.955	12.285
Outros Créditos Operacionais		13	73	Operações com Resseguradoras		1.012	991
(-) Provisão para Riscos de Créditos		(1.512)	(190)	Corretores de Seguros e Resseguros		3.955	3.547
Títulos e Créditos a Receber	895	775	895	Outros Débitos Operacionais	10	13.567	9.043
Títulos e Créditos a Receber		389	552	Depósitos de Terceiros	11	441	20.359
Créditos Tributários e Previdenciários	6	506	223	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros		105.341	82.770
Outros Valores e Bens	30	5	30	Ramos Elementares e Vida em Grupo		105.341	82.770
Outros Valores		30	5	Provisão de Prêmios não Ganhos	12.a	86.507	63.797
Despesas de Comercialização Diferidas	12.d	18.778	19.637	Provisão de Sinistros a Liquidar	12.b	11.240	12.182
Seguros e Resseguros		18.778	19.637	Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	12.c	6.296	4.386
Ativo não Circulante	4.661	3.697	4.661	Outras Provisões		1.298	2.405
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.661	3.697	4.661	Passivo não Circulante		5.633	3.677
Aplicações	5.b	-	-	Passivo Exigível a Longo Prazo		5.633	3.677
Outras Aplicações		194	194	Outros Débitos		5.633	3.677
(-) Provisão para Desvalorização		(194)	(194)	Provisões Judiciais	9.b	5.633	3.677
Títulos e Créditos a Receber	4.661	3.697	4.661	Patrimônio Líquido	13	163.047	144.634
Créditos Tributários e Previdenciários	6	2.863	885	Capital Social		117.267	117.267
Depósitos Judiciais e Fiscais	7	1.798	2.812	Reservas de Lucros		45.780	27.367
Total do Ativo		352.451	288.868	Total do Passivo		352.451	288.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva de Capital	Reserva Legal		
Saldos em 31 de Dezembro de 2008		117.200	67	4.143	11.894	133.304
Aumento de Capital	13.a	67	(67)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	14.859	14.859
Destinações:						
Reserva Legal	13.b	-	-	743	(743)	-
Dividendos	13.b	-	-	-	(3.529)	(3.529)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	-	(10.587)	(10.587)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		117.267	-	4.886	22.481	144.634
Lucro Líquido		-	-	-	-	24.148
Destinações:						
Reserva Legal	13.b	-	-	1.207	(1.207)	-
Dividendos	13.b	-	-	-	(5.735)	(5.735)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	-	(17.206)	(17.206)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		117.267	-	6.093	39.687	163.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Brasil Seguros S.A. (Brasil Seguros), controlada pela Santander Seguros S.A. (Santander Seguros), é uma Instituição integrante do Conglomerado Santander e tem como objeto social a exploração das operações de seguros de danos, em qualquer de suas modalidades, de acordo com as disposições legais regulamentares em vigor, bem como a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Brasil Seguros foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular Susep 379, de 19 de dezembro de 2008 e 385, de 29 de junho de 2009, que produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

Durante o ano de 2009, foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para o ano de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme estabelecido pela Circular Susep 408, de 23 de agosto de 2010, a Administração da Brasil Seguros está apresentando suas demonstrações financeiras individuais utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, as demonstrações financeiras individuais não contemplam a adoção dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC com vigência a partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2010. O principal CPC que será aplicável para a Brasil Seguros, considerando-se suas operações, é o CPC 11 - Seguros.

As principais modificações introduzidas pelo CPC 11 são:

- Classificação dos contratos emitidos entre contratos de seguros, de prestação de serviços e de investimentos.
- Separação dos derivativos embutidos e componentes de depósito existentes em um contrato principal (de seguros), e de sua avaliação por seu valor justo.
- Proibição de reconhecimento de provisões para sinistros futuros, se esses sinistros forem originados de contratos de seguros que ainda não existem ou não estão vigentes (como provisões para catástrofe ou para equalização de risco).
- Elaboração de teste anual do passivo relacionado a contratos de seguros ou participação discricionária (LAT - Liability Adequacy Test).
- Mensuração a valor justo dos passivos e ativos de contratos de seguros assumidos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira (sujeito à regulamentação adicional).
- Reconhecimento da característica de participação discricionária ou como passivo ou como um componente separado do patrimônio líquido.
- Novas exigências de divulgação relativas a contratos de seguros.

A Administração da Brasil Seguros ainda não mensurou os impactos das alterações dos novos pronunciamentos, uma vez que estes ainda não foram aprovados e pelo fato de certos pronunciamentos dependerem de critérios suplementares a serem emitidos pela Susep.

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Seguros, que inclui a empresa Brasil Seguros, convergentes às normas internacionais de contabilidade do International Accounting Standards Board (IASB), de acordo com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC e referendados pelo CNSP e pela Susep do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, serão entregues a Susep no prazo legal.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os prêmios de seguros, contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, são registrados como prêmios emitidos. A receita correspondente é diferida "pro rata" dia pelo prazo de vigência das apólices/faturas de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos calculada com base na retenção líquida dos prêmios emitidos. As comissões e outros custos de angariação também são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices/faturas e refletidas no saldo de despesas de comercialização diferidas.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos "pro rata" dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e outras aplicações com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações

d.1) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

e) Provisão para Riscos de Créditos

Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber.

f) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

f.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

f.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

f.3) Obrigações Legais - Fiscais

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

g) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos nas Resoluções CNSP 139/2005 e 162/2006 alterada pela Resolução CNSP 181/2007, 195/2008 e 204/2009.

g.1) Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios retidos, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia.

g.2) Provisões de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG - RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos e que não possuem as respectivas apólices emitidas.

g.3) Provisão de Insuficiência de Prêmio (PIP)

As mencionadas resoluções também instituiram a PIP, quando por cálculos atuariais for constatada a insuficiência da PPNG para cobertura dos sinistros, mais despesas a decorrer.

g.4) Provisão Complementar de Prêmios (PCP)

A PCP é calculada "pro rata" dia, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e as contribuições ou prêmios líquidos/comercial retido. O seu valor é a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG constituída no mês, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

g.5) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela seguradora, relativos a sinistros que foram objetos de seguros e de cessamentos aceitos e ainda não indenizados.

g.6) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

A IBNR, é constituída com base em Nota Técnica Atuarial (NTA) ou na estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a Resolução CNSP 162/2006 (alterada pela Resolução CNSP 181/2007, 195/2008 e 204/2009) para seguros.

h) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

i) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

As aplicações estão compostas por cotas de fundos de investimentos não exclusivos no valor de R\$211.073 (2009 - R\$184.012) e de outras aplicações no valor de R\$165 (2009 - R\$139), registrados no ativo circulante, na categoria títulos para negociação e sem prazo de vencimento.

b) Outras Aplicações

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as outras aplicações registradas no realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais no valor de R\$194, para as quais foram constituídas provisões para desvalorização no mesmo valor.

c) Garantia das Provisões Técnicas

As provisões técnicas estão garantidas por cotas de fundos de investimentos não exclusivos no valor de R\$211.073 (2009 - R\$184.012), excedendo o limite das provisões técnicas no montante de R\$105.731 (2009 - R\$101.242).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Brasil Seguros não apresenta operações com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	2010	2009
Créditos Tributários (Nota 6.a)	1.229	646
IRPJ e CSLL a Compensar	2.140	462
Total	3.369	1.108
Circulante	506	223
Longo Prazo	2.863	885
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Contingências Cíveis	362	329
Provisão para Contingências Fiscais	63	37
Outras Provisões Temporárias	221	795
Saldo dos Créditos Tributários/ Registrados	646	1.161
	Saldo em 31/12/2008	Saldo em 31/12/2009
Provisão para Contingências Cíveis	113	249
Provisão para Contingências Fiscais	-	63
Outras Provisões Temporárias	98	123
Saldo dos Créditos Tributários/Registrados	211	435
b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários		2010
	Diferenças Temporárias	Total
Ano	IRPJ	CSLL
2011		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2010	2009
c) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados		
Habitacional - Fora do SFH	3.388	2.218
Riscos Diversos	2.485	1.552
Compreensivo Residencial	398	574
Demais Ramos	25	42
Total	6.296	4.386
Circulante	6.296	4.386
d) Despesas de Comercialização Diferidas		
2010	2009	
Compreensivo Residencial	14.531	17.889
Riscos Diversos	4.195	1.714
Demais Ramos	52	34
Total	18.778	19.637
Circulante	18.778	19.637

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social autorizado e integralizado em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é composto por 70.284 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas domiciliadas no país.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de março de 2009, aprovou o aumento do capital no valor de R\$67, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de capital, homologado pela Susep em 25 de maio de 2009.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	24.148	14.859
Constituição da Reserva Legal	(1.207)	(743)
Base de Cálculo	22.941	14.116
Dividendos Mínimos Obrigatórios	5.735	3.529
Dividendos	5.735	3.529

Em 2010, foi apurado dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício no valor de R\$5.735 (R\$0,0816 em reais por ação).

Em 2009, foi apurado dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício no valor de R\$3.529 (R\$0,0502 em reais por ação).

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

14. Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência

	2010	2009
Patrimônio Líquido	163.047	144.634
Patrimônio Líquido Ajustado	163.047	144.634

As demonstrações de cálculo em 31 de dezembro, da margem de solvência, foram:

	2010	2009
Patrimônio Líquido Ajustado	163.047	144.634
I) 0,20 Prêmio Retido Anual Médio - Últimos 12 Meses	38.654	28.029
II) 0,33 Sinistro Retido Anual Médio - Últimos 36 Meses	7.743	6.588
Margem de Solvência (Valor de I ou II - o Maior)	38.654	28.029
Suficiência	124.393	116.605

15. Principais Ramos de Atuação

a) Prêmios Ganhos

	Prêmios Ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Compreensivo Residencial	58.218	65.047	23	28	42	65
Riscos Diversos	88.723	60.681	5	4	98	99
Habitacional - Fora do SFH	24.723	16.261	17	17	30	33
Demais Ramos	1	895				
Total	171.665	142.884				

	2010	2009
b) Sinistros Retidos		
Compreensivo Residencial	13.254	18.509
Habitacional - Fora do SFH	4.229	2.687
Riscos Diversos	4.169	2.466
Demais Ramos	1.339	124
Total	22.991	23.786
c) Despesas de Comercialização		
2010	2009	
Compreensivo Residencial	24.482	42.372
Riscos Diversos	87.157	60.571
Habitacional - Fora do SFH	7.393	5.429
Demais Ramos	1	13
Total	119.033	108.385

16. Detalhamento das Contas de Resultado

	2010	2009
a) Despesas Administrativas		
Serviços de Terceiros	530	429
Localização e Funcionamento	641	87
Publicações e Propaganda	121	176
Donativos e Contribuições	496	414
Outras	52	106
Total	1.840	1.212
b) Despesas com Tributos		
Cofins	6.909	5.807
PIS/Pasep	1.123	944
Taxa de Fiscalização da Susep	501	160
Outras	8	16
Total	8.541	6.927
c) Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras	28.242	20.376
Titulos de Renda Fixa	17.586	17.228
Operações de Seguros	10.353	3.024
Outras	303	124
Despesas Financeiras	(4.990)	(355)
Operações de Seguros	(4.776)	(164)
Impostos e Contribuições	(96)	(187)
Outras	(118)	(4)
Total	23.252	20.021
d) Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Receitas (Despesas) com Administração de Apólices	3.201	4.337
Constituição de Provisão para Devedores Duvidosos	(1.322)	(153)
Outras Receitas (Despesas) com Operações de Seguros	(4.522)	(2.461)
Total	(2.643)	1.723

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2010	2009
Resultado antes dos Impostos	39.962	24.318
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 15% Respectivamente	(15.985)	(9.727)
Despesas Indeducíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(11)	(123)
Demais Ajustes	182	391
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.814)	(9.459)

18. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente no mês de março, é estabelecido o montante global anual da remuneração dos Administradores. Para o ano de 2010 foi determinado o valor máximo de R\$10 (2009 - R\$10), além disso é fixada verba destinada a custear Plano de Aposentadoria Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Santander Brasil Seguros é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador indireto da Santander Brasil Seguros. Essa remuneração é distribuída em reunião do Conselho de Administração do Banco Santander, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social do Banco Santander.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente

José de Paiva Ferreira

Diretores Executivos

Amancio Acúrcio Gouveia
Angel Oscar Agallano

Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo José Costa Roxo da Fonseca

Hélio Flausino Gonçalves
Nilo Sérgio Silveira Carvalho

Pedro Paulo Longuini

Elizeu da Silva Souza
Contador - CRC 1SP156781/O-9

PARECER ATUARIAL

Aos Administradores e Acionistas da

Santander Brasil Seguros S.A.

São Paulo - SP

De acordo com o disposto na RESOLUÇÃO CNSP Nº 135, de 11/10/2005, e na CIRCULAR SUSEP Nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial com cada um dos ramos de seguros operacionalizados pela **Santander Brasil Seguros S.A.** no exercício de 2010.

O trabalho abrangeu a revisão das provisões técnicas constituídas pela Seguradora utilizando-se metodologia atuarial e técnicas de amostragem, incluindo também análises estatísticas complementares.

Patricia Martins de Freitas
Atuário Responsável Técnico
MIBA nº 1885

A análise foi realizada por plano e consistiu em verificar se os montantes das provisões técnicas constituídas estão de acordo com o estabelecido nas Resoluções CNSP nº 162/2006, 181/2007, 195/2008 e 204/2009, nas normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e nas Notas Técnicas Atuariais encaminhadas a este órgão de forma a refletir os compromissos técnicos com os segurados e outros terceiros, bem como atender ao equilíbrio atuarial da carteira.

Visando adequar as provisões técnicas às operações em curso e conforme Resoluções acima citadas, destacamos que em 31 de dezembro de 2010, a Seguradora constituiu a Provisão Complementar de

São Paulo, 15 de fevereiro de 2011

Flavia Picchioni Tavares
Atuário MIBA nº 1166

Gilberto Duarte de Abreu Filho
Diretor Responsável Técnico
Santander Brasil Seguros S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Santander Brasil Seguros S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Santander Brasil Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base

em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Santander Brasil Seguros não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 2010 e 2009 não foram registrados despesas com honorários para a Diretoria.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Seguros é controlada pela Santander Seguros que possui participação acionária direta de 70.283 mil ações ordinárias, equivalentes a 99,999% do capital social e participação indireta através da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) de 1 mil ações ordinárias equivalentes a 0,001% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

Os principais saldos e resultados de transações são:

	Ativos (Passivos)	
	2010	2009
Disponibilidades	8.762	1.490
Banco Santander	8.762	1.490
Dividendos e Bonificações a Pagar	(5.735)	(3.529)
Santander Seguros	(5.735)	(3.529)
Despesas de Comercialização Diferidas	2	-
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagens de Seguros	2	-
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(13.567)	(9.043)
Banco Santander	(13.567)	(9.043)

19. Outras Informações

Em atendimento à Resolução 118/2004 do CNSP e conforme deliberação da AGE realizada em 7 de julho de 2008, foi adotada a prerrogativa prevista no artigo 14 da referida Resolução, com a adesão ao comitê de auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander no Valor Econômico e no Doesp - Diário Oficial do Estado de São Paulo em 4 de fevereiro de 2011.

20. Evento Subsequente

Em 22 de fevereiro de 2011, foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco Santander, os principais termos e condições da operação de venda da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral, Santander Seguros, para uma sociedade holding com sede na Espanha (Holding), a ser detida inicialmente, direta ou indiretamente, pelo seu acionista controlador, Banco Santander Espanha (Operação).

A Operação estará inserida no contexto da anunciada parceria estratégica no exterior entre Banco Santander Espanha e Zurich Financial Services Ltd. (Zurich), envolvendo a aquisição, pela Holding, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Grupo Santander na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Uma vez concluída a Operação e/ou a aquisição dos demais ativos aqui referidos pela Holding, o Banco Santander Espanha deverá alienar para a Zurich 51% do capital social da Holding. A conclusão da Operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a negociação e a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

Como parte da Operação, Santander Seguros e sua subsidiária, Brasil Seguros, deverão celebrar com o Banco Santander contratos de distribuição pelo prazo mínimo de 25 anos, por meio dos quais as mesmas deverão ter garantido, durante a vigência dos referidos contratos, o acesso exclusivo aos canais de distribuição do Banco Santander, através de sua rede de agências bancárias, exceto com relação ao segmento auto, que não integra a Operação. Em decorrência desses contratos, o Santander Brasil fará jus ao recebimento de comissões em níveis similares aos atualmente praticados.

A Operação visa fortalecer a atuação do Santander Brasil no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta comercial de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas possibilitando o incremento da receita de distribuição dos respectivos produtos.

Não estará inserida no escopo da Operação a Santander Capitalização, subsidiária da Santander Seguros, que permanecerá sob o controle do Banco Santander e que, oportunamente, será segregada através de cisão parcial da Santander Seguros.

Prêmios referente à carteira de Seguros, em complemento à Provisão de Prêmios Não Ganhos, no valor de R\$ 1.298.367,05.

Concluímos que as provisões técnicas em 31 de dezembro de 2010 estão devidamente constituídas e pelos resultados encontrados não detectamos situação relevante que comprometa a solvência atuarial e financeira da Seguradora. Acrescentamos ainda, que não houve necessidade de constituição de Provisão de Insuficiência de Prêmios.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador - CRC nº 1 SP 120424/O-8